



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12576 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

“O RACISMO NOSSO DE CADA DIA”: um ensaio sobre as relações interraciais brasileiras.  
Cíntia Valéria de Souza Silva - UFMA - Universidade Federal do Maranhão  
Witembergue Gomes Zaparoli - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

**“O RACISMO NOSSO DE CADA DIA”**: um ensaio sobre as relações interraciais brasileiras.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o racismo e seus impactos nas relações interraciais partindo do entendimento que ele é uma categoria estruturante da sociedade, ou seja, existe porque a humanidade ao longo dos tempos vem se construindo sustentada pela exploração e opressão do povo negro. Para Silvio Almeida (2019, p.15), “o racismo é sempre estrutural, integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável”.

A discussão sobre racismo no Brasil perpassa por caminhos complexos e contraditórios, isso porque existe uma resistência em tratar dessa temática com o compromisso e atenção que ela necessita. Frente essa realidade, utilizamos como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica ancorada nos autores: Almeida (2019), Ribeiro (2017), Munanga (1994). Assim, buscando responder “De que forma o racismo se opera nas relações interraciais brasileiras?”.

O Brasil é um país que tem na sua construção sócio-histórico um passado marcado por um período escravocrata que durou vários anos de escravização. Infelizmente ainda vivemos reflexos dessa época cruel e desumana, pois a população negra continua sobrevivendo de forma marginalizada e tendo seus direitos negados. Portanto, é preciso problematizar esta estrutura racista que opera e beneficia a população branca enquanto negros e negras são destratos e desconhecidos como sujeitos de direitos. “O sistema escravocrata ainda impacta a forma como a sociedade se organiza. (RIBEIRO, 2019, p.12).

Ademais sabemos que em se tratando da particularidade brasileira as relações são permeadas de desigualdades e conflitos raciais que se expressa pelo “racismo a brasileira”. Isto é uma maneira sutil de legitimar essa prática criminosa que acontece em todos os lugares e de diferentes formas que vão desde um olhar esnobe a violência física, verbal simbólica dentre outras atitudes condenatórias. Concordamos com (RIBERO, 2019, p.30) “Se vivemos relações raciais, é preciso falar sobre negritude e também sobre branquitude”.

É importante destacar que para tensionar essas questões precisamos enxergá-las e nomeá-las criticamente, não adianta acreditarmos que “não existe racismo no Brasil” pois a falsa concepção de democracia racial fortalece e justifica a segregação racial que vivenciamos cotidianamente. Mediante o exposto, o trabalho inicialmente faz um debate sobre o fenômeno racismo e seus desdobramentos trazendo alguns elementos acerca da identidade negra. Por conseguinte, conduzimos o debate problematizando a democracia racial como um mito que distorce a realidade brasileira.

## **2 O racismo e suas interfaces**

Para compreender o racismo precisamos inicialmente afirmar que ele existe e estrutura nossas relações. Ainda é comum ouvirmos a deslegitimação dessa pauta com falácias que desconsideram a luta e a resistência do povo preto. No entanto, sabemos que em várias dimensões da vida social eles se encontra em desvantagem, isto comprova o acesso desigual, a discriminação e também o racismo. Essa realidade não é por acaso, tem a ver com a cor da pele e uma construção racista que é configurada na nossa história, ensinada pela literatura brasileira e reproduzida diariamente pela grande maioria das pessoas.

Portanto, é impossível invisibilizar uma pauta tão importante e cara principalmente para os que sentem na pele as interfaces desse marcador social. Negar esses fatos é compactuar com a violência. “ideias racistas devem ser combatidas, e não relativizadas e entendidas como mera opinião, ideologia, imaginário, arte, ponto de vista diferente, divergência teórica” (RIBEIRO, 2018, p. 39). Já está passando da hora de desnaturalizar o racismo e isso perpassa pelo entendimento de que esse crime inafiançável atua oprimindo e negando direitos um determinado grupo.

e o racismo é sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2019, p.15).

Assim, podemos entender que a normalidade da sociedade racista é fruto dessa ordem social e econômica que impõe ao negro um lugar de subalternidade e subserviência que contemporaneamente vem se metamorfoseando de acordo com o tempo histórico, mas sempre se manifestando em diferentes espaços e formatos.

Sobre isso, Kabelegue Munanga nos chama atenção para as particularidades do racismo brasileiro e uma delas é o “silêncio”, o não dito, que confunde todos os brasileiros

vítimas e não vítimas, pois nem sempre ele é verbalizado e facilmente notório, em alguns casos se expressa de forma sutil com um olhar excludente, uma expressão ou gesto negativo. Toda pessoa preta já foi em algum momento ou ambiente olhado com rejeição, desdém, embora não faladas essas práticas ferem e não são consideradas menos racista por esse motivo.

Isso nos ajuda compreender a causa da grande dificuldade de alto pertencimento e aceitação da identidade negra para muitos. Não é fácil assumir esse lugar dentro de um cenário social que nos ensina odiar nossos traços e além disso impõe uma cultura branca como modelo ideal de civilidade. Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. (GOMES, 2005, p. 42).

Segundo Munanga (1994), para além de subjetivo esse é um processo político e implica uma tomada de consciência complexa e dolorida para um grupo étnico racial que é historicamente excluído da participação em sociedade. É importante mencionar que existe uma luta contínua na busca por protagonismo, reparação, políticas públicas e tudo que nos foi negado ao longo da história. Temos hoje coletivos negros e ações individuais que denunciam, se posicionam contra as injustiças propagadas pela hierarquia de racial, sujeitos conscientes dos seus direitos e não aceitam passivamente as migalhas que o Estado racista oferece a nossa gente.

Dessa forma, uma percepção crítica aliado ao diálogo, são caminhos extremamente importante para a construção de uma sociabilidade antirracista que perpassa pela ressignificação do “ser negro”. Uma “outra” formação educacional que valorize as culturas e identidades que não apenas brancas. Reconhecemos que essa missão não é unicamente da escola e não só nesse espaço se produz educação, mas o referendamos por ela ser uma instituição em que muitas das vezes é o primeiro local em que o racismo se manifesta.

Dito isso, Cavalleiro (2001, p. 158), traça alguns caminhos importantes para uma educação antirracista são eles:

Reconhecer a existência do problema racial na sociedade brasileira; Buscar permanentemente a reflexão sobre o racismo na escola e na sociedade; Não conceber qualquer manifestação de preconceito ou discriminação e cuidar para que as relações interpessoais sejam respeitadas; Considerar a diversidade presente no ambiente escolar e utilizá-la como forma integradora, encorajando a participação de todos; Fazer uma leitura crítica da História Brasileira, mediante a qual seja possível mostrar a contribuição de diferentes grupos na construção de nosso país; Buscar materiais que contemplem a diversidade cultural e étnico-racial, bem como aspectos da África que auxiliem a construção de um currículo menos etnocêntrico; Pensar meios e formas em que a educação contribua para o reconhecimento e valorização da diversidade cultural e étnico-racial brasileira; Elaborar ações que propiciem o fortalecimento da identidade e autoestima de educandos pertencentes a grupos discriminados (CAVALLEIRO, 2001, p.158).

Considerando esses pontos notamos a articulação entre raça educação e cidadania esses são fenômenos que se inter cruzam na construção de um projeto pautado na democracia racial

e emancipação de vidas negras. No entanto, estamos falando de uma perspectiva educacional que descolonize esse conhecimento centralizado na branquitude e seja capaz de possibilitar saberes plurais e transformadores.

### **3 Democracia racial: um instrumento legitimador do racismo**

A democracia racial é uma ideologia que reforça a negação do racismo na medida em que ele não é reconhecido ele não pode ser combatido essa é a grande ameaça que se propaga nas relações raciais no Brasil. Nesta perspectiva, o mito da democracia racial significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação (DOMINGUES, 2005, p. 02).

Dessa forma, é como nos dizer que o racismo e seus impactos nocivos inexitem “Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance” (ALMEIDA, 20019, p.52). Essa afirmação está muito aliada a narrativa de meritocracia para culpabilizar o indivíduo quando na verdade a questão não é unicamente por falta de esforço individual trata-se de oportunidades, pois são pontos de partidas de lugares totalmente distintos em que o acesso a pretos e pretas se dá forma desigual ou até inexistente.

Segundo Munanga (2016), esse mito embora tenha sido desmistificado pela ciência continua consagrado na educação brasileira de tal forma que um indivíduo nunca assume ser racista ele é capaz de negar e responsabilizar a vítima, isso porque as características históricas neste país se constroem pela negação do próprio racismo.

Ademais carregamos as marcas de uma estrutura social que conta com um cenário sustentado pela dominação e subalternização da população negra. Sendo assim, há muito tempo esses sujeitos vêm se rebelando, resistindo, já não estão mais na condição passiva de aceitação desse lugar de subalternidade que lhes é imposto, portanto a democracia racial não é real. É inconcebível acreditar nesta concepção romântica, isto é mais uma das estratégias usada para silenciar e apagar nossa existência.

Carneiro (2011), vai dizer que a façanha de um manto “democrático e igualitário” perpetuam privilégios e não resolve nossos problemas raciais. Portanto, considerando os aspectos dessa ideologia entendemos que ela propaga um discurso provedor de desigualdades sociais e violência que dificulta as formas de enfrentamento as opressões raciais legitimando assim o racismo.

### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O racismo se reproduz em todas as dimensões da vida humana, isto porque ele é estrutural em nossa sociedade. As reflexões deste estudo evidenciam a nocividade e violência com que ele acomete cotidianamente nossas histórias e subjetividades. Soma-se a esses aspectos uma concepção de democracia racial pregada no Brasil que é ilegítima e tenta

silenciar a realidade da população negra.

Para tanto acreditamos que dialogar criticamente com essa temática é crucial tanto para pessoas pretas como as não, pois favorece a busca de uma perspectiva antirracista em que esses primeiros indivíduos tenham a oportunidade de construir um caminho sem medo e vergonha de suas identidades e pertencimento histórico. Inferimos que essa autoafirmação é permeada por desafios porque é difícil não ser branco em uma dinâmica racista que banaliza nossa cor e nossos corpos.

Inferimos que esta sociedade se utiliza do mito da democracia racial para materializar o racismo. Todavia temos como missão o enfrentamento e rompimento dessa opressão a fim de promover relações mais justas e equânimes que sejam capazes de valorizar nossa existência apagando os traumas deixados pelo sentimento de desvalia e inferioridade que o racismo provoca.

Contudo, ressaltamos que diante da complexidade da temática este debate não se finda aqui, trouxemos breves reflexões concernentes as categorias mencionadas, pois nossa intencionalidade é que de alguma forma possamos por meio desta escrita provocar a busca de novas pesquisas sobre o tema.

## REFERENCIA

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. — (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Bedito).

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-60.

DOMINGUES, Petrônio. **O Mito da Democracia Racial e a Mestiçagem no Brasil 1889-1930**. Revista científica da America latina. Universidad Autónoma del Estado de México. 2005. Disponível em: [www.redalcy.org/pdf/162/16201007.pdf](http://www.redalcy.org/pdf/162/16201007.pdf). Acesso em: 12 de setembro de 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil: UMA BREVE DISCUSSÃO**. História. Coleção para todos. Secretaria de educação continuada, Alfabetização e Diversidade-Brasília: Ministério da Educação 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MUNANGA, Kabelengue. **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.

MUNANGA, Kabelengue. **Mito da democracia racial faz parte da educação do brasileiro.** Portal Geledez, 2016. Disponível em: [‘Mito da democracia racial faz parte da educação do brasileiro’ diz antropólogo congolês Kabengele Munanga \(geledes.org.br\)](http://geledes.org.br). Acesso em 12 de setembro de 2022.

